

CAPÍTULO 1

Políticas da família, neoliberalismo e conservadorismos no Brasil

Sônia Weidner Maluf

O objetivo deste capítulo é analisar a centralidade da família no debate político brasileiro contemporâneo, no período que vai do golpe de 2016 ao governo Bolsonaro, com ênfase nas principais políticas levadas a cabo por este último.¹ Uma política da família baseada na hierarquia de gênero e no casamento heteronormativo, em que a família é tomada como fundamento da ordem social e econômica, e que já estava presente na atuação de parlamentares no Congresso Nacional, ganhou força pública nos discursos dos deputados que destituíram a presidenta Dilma Rousseff em 2016, abrindo os caminhos para a eleição de Bolsonaro e tornando-se uma política de governo.

1. Agradeço ao CNPq por todo o apoio através da bolsa de Produtividade em Pesquisa e à Capes pelo período como professora visitante da UFPB.

Busco discutir as articulações entre os neoconservadorismos emergentes e os modos de reprodução social em contextos de neoliberalismo no Brasil, o deslocamento da família como dispositivo de implementação de direitos e políticas sociais, que marcaram algumas políticas públicas em governos anteriores, para a “família natural” como projeto político neoconservador.² Da família como centro de algumas políticas distributivas e de proteção social, como os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida, entre outros, ela se torna um dispositivo central no corte de direitos, na redução e mesmo extinção das políticas distributivas e de reconhecimento, resultando em um contexto de maior exploração das mulheres dentro e fora do espaço doméstico, precarização do trabalho feminino, aumento das violências de gênero, do feminicídio e da LGBTfobia.

2. Parto de uma compreensão do neoliberalismo como 1) um fenômeno que se estende para além do econômico, como uma dinâmica que atinge diferentes dimensões da vida social: a organização e funcionamento do Estado, a reestruturação das relações entre trabalho e capital, as dinâmicas institucionais, o imaginário social e a produção de subjetividades, uma nova racionalidade social. Nessa perspectiva, ver autores como Dardot e Laval (2016), Brown (2019), Ortner (2020), Wacquant (2012), entre outros; 2) estreitamente articulado com a emergência dos neoconservadorismos, autoritarismos e mesmo neofascismos, formas antidemocráticas de gestão do Estado e políticas radicalmente conservadoras em relação aos direitos das mulheres, LGBTQIA+, numa articulação particular entre “mercado e tradição”. Sobre as estreitas relações entre neoliberalismo, neoconservadorismos e políticas reacionárias, ver Brown (2019), Cooper (2017), entre outras.

Um contexto contraditório de conquistas feministas

Uma das frases mais citadas sobre o feminismo da segunda metade do século XX enuncia que “o pessoal é político”. Essa divisa busca denunciar que o que, naquele contexto histórico, era visto como questões de ordem pessoal, privada, doméstica, familiar na vida das mulheres possuía dimensões políticas e sociais que não poderiam mais ser negadas. Estavam no centro do debate naquele momento as condições do trabalho assalariado das mulheres e a necessidade de dispositivos e garantias, como as creches, a igualdade salarial com os homens, questões de sexualidade e de direito das mulheres ao próprio corpo, o acesso a contraceptivos e a legalização do aborto, o fim da violência contra as mulheres, a liberação das mulheres dos códigos patriarcais que retiravam sua autonomia e a possibilidade de uma cidadania plena. Se o corpo das mulheres era visto como fundo da figura central da família, como contexto ou instrumento da reprodução social, na demanda das mulheres este se tornava figura, foco, o centro da política emancipatória do feminismo, através da reivindicação do direito ao próprio corpo.

O aborto, apesar de nunca ter sido definido como estratégia contraceptiva, tornou-se o foco das grandes mobilizações de mulheres, inicialmente na França e nos Estados Unidos, porque aglutinava ou materializava a demanda de direitos plenos às mulheres, a começar pelo direito ao próprio corpo – e a possibilidade de decisão final sobre levar ou não adiante

uma gravidez. No Brasil, o direito de interrupção voluntária da gravidez pelas mulheres nunca foi conquistado de forma plena. O Supremo Tribunal Federal garantiu o direito ao aborto em algumas situações, e o chamado “aborto legal” também foi incluído como procedimento legítimo pelo Ministério da Saúde nos governos de Lula e Dilma Rousseff, a partir do prisma da saúde pública.

Outro desdobramento da politização feminista da “vida pessoal” e familiar foi o tema da violência doméstica e familiar e o feminicídio. Pauta importante do feminismo brasileiro desde os anos 1980, o enfrentamento à violência de gênero, sobretudo a doméstica e familiar, teve desdobramentos importantes com a criação das delegacias da mulher e com a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006. Apesar das críticas feitas à judicialização das relações conjugais e familiares que a lei representaria, a Lei Maria da Penha tornou-se um passo importante no reconhecimento do caráter social e histórico das relações familiares, pois rompeu com a concepção de que as relações no interior da família, nesse caso específico a relação conjugal, estariam sujeitas a “outra lei” – a lei natural da autoridade masculina e do direito paterno.³ Pode soar anacrônico formular a questão dessa forma, mas os desdobramentos da política brasileira nos últimos anos mostram que a visão de uma “lei natural” da família se tornou central no discurso político nacional.

No final do século XX e início do XXI, a pauta da família avança no campo jurídico, político, mas também econômico

3. Outros dispositivos jurídicos são dirigidos à violência doméstica e familiar, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

de diversas maneiras. Especificamente no Brasil, a Constituição de 1988 amplia o conceito jurídico de família, com o reconhecimento da união estável e do vínculo de um dos pais com seus descendentes como entidades familiares. Essa ampliação do conceito de família teve desdobramentos importantes em políticas públicas, como o reconhecimento por parte do Estado da realidade predominante no Brasil de organização familiar, centrada nas figuras da mãe ou da avó, e no fortalecimento de demandas específicas, como aquelas ligadas às conjugalidades e parentalidades homoafetivas. Esta última demanda se dirige a direitos formais (reconhecimento da união civil e do casamento *gay* e do direito de adoção e de registro de nascimento homoparental) e a políticas públicas (acesso às políticas sociais voltadas às famílias). No Brasil, essa pauta encontra dificuldades nos legislativos e no Congresso Nacional, esbarrando em uma ascendente bancada “da bíblia”, composta de católicos e evangélicos de diferentes igrejas, mesmo durante os governos de Lula e de Dilma Rousseff. Ela acaba sendo acolhida em sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal, que em 2011 reconhece a união civil homoafetiva, com os mesmos direitos e proteção jurídica da união estável e reconhecida como entidade familiar. Mesmo sem uma lei aprovada no Congresso Nacional, o casamento homoafetivo e a homoparentalidade passam a existir como direitos, confirmando também uma jurisprudência que já vinha sendo exercida em alguns tribunais do país.

Nas décadas posteriores à Constituição de 1988, uma série de conquistas e avanços em relação aos direitos das mulheres e LGBTQIA+ foram acontecendo, mesmo que de

maneira muito lenta e dependendo da boa vontade do judiciário e das políticas levadas adiante pelos executivos federal, estaduais e municipais. Os legislativos, principalmente a Câmara de Deputados e o Senado Federal, talvez com exceção da própria Assembleia Constituinte, sempre tiveram uma composição mais conservadora, que cresceu nos últimos anos, com a eleição de deputados vinculados a igrejas cristãs e à pauta dos grandes proprietários rurais e aqueles vinculados à agenda armamentista (formando a chamada bancada “BBB” – bala, bíblia e boi).

Se havia, de um lado, gestos de avanços das políticas igualitárias e de respeito à diversidade, através da inclusão mesmo que parcial da pauta feminista e LGBTQIA+ nas políticas governamentais e na constituição de dispositivos de democracia e de governança voltados a essa agenda,⁴ de outro, avançavam as posições contrárias a essas conquistas, com uma forte e cada vez maior representação parlamentar, que culminou com o golpe de Estado de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff.

Gênero, sexualidade e família no centro da política bolsonarista

A palavra “família” foi pronunciada 110 vezes na sessão da Câmara dos Deputados de 17 de abril de 2016 que auto-

4. Secretaria de políticas para mulheres com *status* de ministério, secretarias da mulher em níveis estadual e municipal e as conferências nacionais de políticas para mulheres (2004, 2007, 2011, 2016) e de políticas LGBT (2008, 2011, 2016), importante dispositivo de participação popular na elaboração de políticas públicas.

rizou a abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado. 367 deputados votaram a favor da abertura de processo em nome da família, dos filhos, da esposa.⁵ Pode-se dizer que esse foi o evento crítico que marcou um período de crise e mudanças, não pelo fato em si do *impeachment*, mas pelo rito político sacrificial da primeira mulher que chegou à presidência do país, em um enunciado até então inimaginável: a ruptura com o ideário democrático republicano do Estado liberal moderno, da laicidade e do respeito ao Estado de direito. O voto em nome de Deus, da (própria) família e a apologia pública da tortura chocaram a razão e o coração de quem assistia a essa sessão com a esperança de que o chão político minimamente democrático, conquistado com o fim da ditadura e com a Constituição Federal de 1988, seria respeitado. Os enunciados reacionários e misóginos expressos em cada voto emitido delineavam uma nova cara do poder político institucional no país. Não que essas forças não existissem antes, mas o processo de deposição de Dilma foi também um processo de revelação, de demonstração pública dessa face antidemocrática e antirrepublicana que emergia do campo político brasileiro.

Com o afastamento de Dilma da presidência, para que o julgamento ocorresse no Senado, o vice-presidente Michel Temer, alçado à presidência, monta um novo governo, formando um ministério exclusivamente masculino e compos-

5. E também em nome de Deus, da maçonaria e até mesmo de um torturador, como foi o caso do voto do então deputado, agora ex-presidente do país, Jair Bolsonaro. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-terminos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>. Acesso em: 14 dez. 2023.

to de políticos de direita e de extrema direita. Temer é muito bem recepcionado pela grande mídia, chegando a ter sua esposa na capa da revista *Veja*, com a manchete de “recatada e do lar” – marcando o apogeu do discurso misógino e antifeminista, focado em um ideário de família nuclear burguesa, heteronormativa e da mulher como aquela que fica em casa cuidando dos filhos e do marido, que caracterizou a oposição ao governo da presidenta Dilma Rousseff.⁶

Preocupado com uma agenda radical de austeridade e corte de gastos, como a aprovação da PEC nº 95 em dezembro de 2016, pode-se dizer que o governo Temer não teve como foco ou pauta pública explícita as questões de gênero, sexualidade ou família. No entanto, a própria composição dos ministérios, a política de alianças e a mudança de rumo em políticas específicas, como a de educação, e mesmo a comunicação pública do governo mostram que uma nova política de governo começa a ser praticada nesse campo. As forças políticas que haviam emergido e ganhado expressão pública durante o *impeachment* de Dilma, e que votaram pelo *impeachment* em nome da família, foram fundamentais na composição do novo governo e em sua própria possibilidade de sobrevivência.

Com o vice de Dilma, Michel Temer, assumindo a presidência, cresceram as investidas do projeto “Escola sem Partido” nas câmaras municipais e assembleias legislativas, buscando aprovar projetos de lei criminalizando a temática de gênero e sexualidade nas escolas. Diversos desses projetos

6. Análise a misoginia como instrumento político de exclusão e deslegitimação das mulheres nos espaços de poder e na esfera pública em Maluf (2021).

são aprovados e, apesar de o Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, ter decidido por nove a um pela inconstitucionalidade dessa proposição, ela permanece na forma de projetos de lei em diversas casas legislativas estaduais, na Câmara dos Deputados e no Senado. Além disso, professoras têm sido processadas e perseguidas a partir de denúncias incentivadas pelos ativistas e políticos vinculados a esse projeto. O próprio ministro da Educação de Temer, Mendonça Filho, foi protagonista de perseguições e tentativas de censura ao exercício da docência, como no caso da tentativa de proibição do curso sobre o golpe de 2016 na UnB, que acabou desencadeando uma reação nacional de repúdio ao ministro e de abertura de dezenas de cursos sobre o mesmo tema em diversas universidades do país.

A pauta da família e dos chamados “costumes” cresce no governo Temer, não apenas nos legislativos, mas aparecendo também em políticas e medidas governamentais e dos ministérios, entre elas a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, transformado em secretaria subordinada ao Ministério da Justiça num primeiro momento, depois recriado como Ministério dos Direitos Humanos (em 2017) e transformado em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. As principais alianças do governo formado no pós-golpe, a composição do novo ministério e a base política de Temer no Congresso (a mesma que votou pelo *impeachment*) contam com a presença de políticos da bancada cristã conservadora, contrária às políti-

cas da diversidade, aos direitos sexuais e LGBT e ao aborto (inclusive ao aborto legal).

Aos poucos, ainda no governo Temer, todo um sistema nacional de políticas para mulheres, baseado não apenas na existência do ministério, mas também nas secretarias da mulher em níveis estadual e municipal, vai sendo desmontado. Em abril de 2017, o Ministério da Educação retira da nova versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que serve de referência para o ensino básico público e privado no país, os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”.⁷

A campanha das eleições presidenciais e estaduais de 2018 teve como tom a pauta conservadora, em torno do combate à esquerda (sob a máscara do antipetismo), da defesa dos “valores cristãos”, da rejeição das políticas de inclusão e diversidade dos governos anteriores, do discurso antiabortista, da defesa da liberdade de venda e compra de armas, e teve como acontecimento marcante as *fake news*, grande parte delas focadas na chamada “pauta dos costumes”, entre elas, a do *kit gay* que teria sido distribuído por Fernando Haddad quando ministro da Educação. O *kit gay* sintetiza a centralidade (e a força retórica) dos temas de gênero, sexualidade e família no discurso político eleitoral. Outra imagem, ainda mais absurda e ao mesmo tempo “comprada” pelos eleitores, foi a da “mamadeira de piroca”, que correu pelos

7. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/07/mec-retira-identidade-de-genero-e-orientacao-sexual-da-base-curricular>. Acesso em: 14 dez. 2023.

grupos de WhatsApp alguns dias antes do segundo turno das eleições.⁸

A disputa ideológica por parte de setores conservadores e de extrema direita nas escolas e universidades recrudescer no governo Jair Bolsonaro, com a multiplicação de denúncias não só contra professores, mas também contra disciplinas e cursos, grupos de pesquisa, áreas do conhecimento, sempre com o aval institucional do governo e do Ministério da Educação (como foram os ataques à antropologia e às ciências humanas pelo ministro da Educação Abraham Weintraub e por políticos bolsonaristas). A perseguição a professoras cresceu durante o governo de Jair Bolsonaro, não apenas com acusações de “disseminação de ideologia de gênero”, mas também por “discursos antifascistas”, por críticas ao governo Bolsonaro, entre outras acusações, com

8. Rumor alimentado pelo, na época, candidato à presidência Jair Bolsonaro, quando em uma emissão na televisão mostrou o livro *Aparelho Sexual e Cia.*, que falsamente teria sido distribuído nas escolas junto com o *kit gay* durante os governos petistas. Outras *fake news* em relação a questões de gênero, sexualidade e família que circularam nas eleições foram as de que Jean Willys (ex-deputado do PSOL e militante LGBT) seria ministro da Educação; de que Haddad havia dito que, em seu governo, a partir da idade de cinco anos as crianças pertenceriam ao Estado, que decidiria sobre seu gênero; uma foto montada de Manuela D’Ávila, candidata a vice de Haddad, com uma camiseta com a frase: “Jesus é travesti”; entre outras falsidades espalhadas nas redes, sobretudo pelo esquema milionário de disparo de mensagens pelo WhatsApp denunciado em reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 18 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2023.

denúncias e inquéritos abertos pela Polícia Federal,⁹ Procuradoria Geral da República¹⁰ e mesmo pela Controladoria Geral da União.¹¹

O governo Bolsonaro se caracteriza pelo recrudescimento da pauta reacionária e antidemocrática em relação às políticas de diversidade, direitos humanos, direitos das mulheres, direitos LGBTQIA+, políticas antirracistas e direitos indígenas. Grande parte da indignação provocada pelo governo se dirigiu aos discursos e manifestações públicas do presidente em suas *lives* e encontros públicos com seus apoiadores em frente ao Palácio do Planalto (o famoso “cercadinho” do Bolsonaro). Mas para além de sua retórica sistematicamente alimentada e mesmo radicalizada em alguns momentos específicos, na estratégia de criar um tipo de cortina de fumaça a cada denúncia pública contra seu governo ou nas sucessivas quedas em sua avaliação, o governo tomou diversas ações concretas tanto no sentido de desmonte de políticas anteriores quanto no de imposição de uma política conservadora, que reforça as desigualdades

9. Caso do professor Francisco Luciano Teixeira Filho e mais três colegas da Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/policia-federal-questiona-professores-universitarios-por-acao-antifascista>. Acesso em: 14 dez. 2023.

10. Caso do professor Conrado Hubner, da USP. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/O-autoritarismo-furtivo-da-perseguição-a-um-professor>. Acesso em: 14 dez. 2023.

11. Caso dos professores Pedro Halal e Eraldo dos Santos Pinheiro, ambos da UFPel. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-06/no-futuro-va-se-lembrar-que-professores-fo-ram-processados-por-criticar-o-governo-bolsonaro-e-uma-mancha-na-historia-do-pais-diz-alvo-de-censura.html>. Acesso em: 14 dez. 2023.

e as injustiças. Entre essas ações, interessa-me analisar especificamente o que estou denominando de uma “política da família”, que reconfigura a relação do Estado com a família, passando a entrar na pauta não mais apenas como um mecanismo de distribuição e acesso a políticas sociais, distributivas¹² e de reconhecimento,¹³ mas também agora a ser tomada como o foco de políticas conservadoras, sob a cobertura do *slogan* de “defesa da família”.

Um dos primeiros atos do governo Bolsonaro foi incluir a palavra “família” em um dos ministérios, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, incluindo uma Secretaria Nacional da Família, responsável pela “formação, fortalecimento e promoção”, através de políticas transversais e intersetoriais. Além do Observatório Nacional da Família, a Secretaria apresentava vários programas e ações, ligados à sua missão, como a “Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares” e os programas “Famílias Fortes”, “Família na Escola”, “Acolha a vida”, entre outros.¹⁴ Entre os temas abordados, estão a estruturação e os vínculos parentais, a formação de pais e filhos para um melhor relacionamento, disciplina em casa, redução de riscos de “comportamentos problemáticos”, prevenção ao suicídio de jovens, relação das famílias com a escola e fortalecimento das funções familia-

12. Como foi o caso dos programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida.

13. Como foi o caso do reconhecimento da união civil e posteriormente casamento *gay* pelo STF, da parentalidade homoafetiva, entre outros.

14. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas>. Acesso em: 14 dez. 2023.

res, relação entre trabalho e família, redes sociais, políticas familiares municipais etc.

A descrição dos objetivos e dos programas do Ministério e da Secretaria da Família é bastante genérica e mesmo vaga em algumas situações, mas à medida que acompanhamos as falas da então ministra Damares Alves e algumas de suas ações, as prioridades efetivas do Ministério puderam ser vistas. Uma das atuações mais contundentes foi em relação às pressões para a retirada de questões de gênero, diversidade e educação sexual da nova versão da BNCC. Também é visível o ativismo antiabortista da ministra, que mobilizou a estrutura do Ministério para impedir a interrupção da gravidez de uma menina de 10 anos, abusada sexualmente pelo tio por quatro anos.¹⁵ Tratava-se de uma circunstância de aborto legal em situação de estupro e de risco de morte da gestante, previsto legalmente e garantido pelo Código Penal desde 1940. Damares enviou uma equipe do Ministério à cidade em que se encontrava a menina, no estado do Espírito Santo, para pressionar não só a família, mas também o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social do Município e a Polícia Civil, buscando impedir a realização do aborto. O Ministério também foi apontado como responsável por ameaças e intimidação aos familiares da menina, inclusive divulgando o endereço da família e mobilizando apoiadores para realizarem pressão em frente à sua casa, na cidade de São Mateus, e no hospital em que o aborto foi realizado, em Recife. A resposta da ministra às

15. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2023.

acusações retoma a retórica do Ministério e do governo de “defesa da criança e da família”.

É importante ressaltar a capilaridade e a transversalidade da política da família do Ministério. A capilaridade se dá pelo desdobramento de políticas federais (e de uma compreensão governamental sobre o significado e as diretrizes para o que seria um “bom vínculo familiar”) em políticas municipais, empresariais, educacionais etc. O Prêmio de Boas Práticas em Políticas Familiares Municipais é um exemplo dessa busca de capilaridade. Ele menciona a implementação de políticas que sustentem as relações familiares, o fortalecimento interno das famílias, o “fortalecimento dos vínculos conjugais”, “intergeracionais” etc.¹⁶ Já a transversalidade é visível na atuação do Ministério e da Secretaria Nacional da Família em âmbitos e temas que seriam responsabilidade de outros Ministérios, como o da Saúde (no caso das políticas de prevenção ao suicídio e nos recuos em relação ao aborto legal e às políticas de direitos reprodutivos e sexuais); o da Educação (relação entre família e escola, cumprimento da nova BNCC etc.); o das Relações Exteriores (atuando na ONU para a retirada de expressões como “educação sexual”, “gênero” e “serviços de cuidado sexual e reprodutivo” dos documentos oficiais da organização); o da Economia, quando a ministra Damares anuncia mudanças estruturais no Bolsa Família, para além da mudança de nome do programa (entre essas mudanças, estão a exigência de desempenho escolar das crianças, análise das notas, competições e olimpíadas de conhecimento, premiação

16. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/premio-boas-praticas-em-politicas-familiares-municipais>. Acesso em: 14 dez. 2023.

dos melhores alunos etc.); e da Capes (através do edital para financiamento de pesquisas¹⁷ sobre Família e Políticas Públicas, que foi bastante criticado pelas associações de pesquisa e pós-graduação de várias áreas).

Em suma, ao jornal *Gazeta do Povo*, em dezembro de 2019, quando anunciou os principais programas do futuro Ministério, a ministra Damares Alves comentou sobre os vários programas em um discurso que intercalou, de um lado, a denúncia da violência contra as mulheres e direito ao acolhimento das mães no mercado profissional e a ideia de que “todo lugar é lugar de mulher” e, de outro, a defesa da abstinência sexual das jovens na prevenção da gravidez na adolescência e de um modelo amoroso ligado à imagem de encontro da “alma gêmea”. O exemplo usado pela ministra para explicar seu argumento chegou, como em outras de suas falas, aos limites do grotesco, quando comparou a afetividade e a sexualidade das mulheres a uma fita crepe, “quanto mais vezes você usa, mais vai perdendo a cola”, a fita “fica larga, não cola!”.¹⁸ Damares sintetiza a política de prevenção de gravidez com duas expressões bastante representativas de sua política: “Para não engravidar, não ter relação” e o lema antiabortista “defesa da vida após a concepção”. Mais uma vez a questão do aborto aparece no centro de sua atuação, nesse caso de maneira adjacente a

17. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/formacao-de-recursos-humanos-em-areas-estrategicas/familia-e-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 14 dez. 2023.

18. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/exclusivo-damares-alves-sexo-entre-jovens-bolsa-familia-presoes-esquerda>. Acesso em: 14 dez. 2023.

uma política de prevenção da gravidez. A política de acesso a contraceptivos, educação sexual e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis na adolescência, que esteve presente em governos e políticas sociais anteriores, não é sequer mencionada pela ministra.

Percebe-se nas ações do governo o esforço de transformar “a família” em instituição necessária à gestão do Estado. Essa é uma configuração típica de situações não democráticas, em que instituições que medeiam a luta política e o exercício do(s) poder(es) são fragilizadas. Não é à toa que o dirigente máximo dessa “nova” política da família foi o mesmo que, de um lado, atacou os poderes da República e os partidos políticos (ele próprio permaneceu grande parte de seu governo sem filiação partidária) e, de outro, levou adiante a pauta neoliberal extrema de destruição dos direitos, venda do patrimônio público, desregulação ambiental e permissão de exploração sem limites das florestas e mananciais, fim dos programas sociais, inclusive daqueles que tinham a família como um dos dispositivos de políticas distributivas e de combate à fome e à miséria.¹⁹

O Brasil não é o único país em que políticas conservadoras e contrárias aos direitos conquistados pela população negra, pelas mulheres, pelas pessoas LGBTQIA+, entre outros,

19. Entre os programas sociais com impacto sobre as mulheres que sofreram redução ou cortes no governo Bolsonaro estão os serviços de enfrentamento à violência contra a mulher; redução drástica dos recursos para apoio à educação básica, infantil e creches; corte da quase totalidade (99,6%) dos recursos para atividades de interesse social em áreas rurais (que em geral beneficiam fundamentalmente as mulheres do campo); assistência social; saúde; habitação; ações de proteção social básica e especial, entre vários outros programas sociais.

têm crescido e ocupado governos – a maioria desses governos instalados na forma de eleições democráticas e com o apoio de parte importante da população. Em países como Hungria, Itália, Áustria, Filipinas, Noruega, além do Brasil e dos Estados Unidos, partidos e forças de extrema direita governam ou governaram ou participam de governos de coalizão. No caso dos Estados Unidos, Donald Trump, que governou de 2017 a 2021, teve o apoio de forças políticas de extrema direita, de grupos conservadores e reacionários da direita religiosa (setores católicos conservadores, igrejas evangélicas fundamentalistas, o sionismo de extrema direita) e de setores armamentistas, como a *National Rifle Association* (NRA), juntamente com o empresariado e os ideólogos das políticas neoliberais conservadoras, conformando o que Nancy Fraser (2018) denominou de neoliberalismo reacionário.²⁰

Perspectivas antropológicas e crítica feminista da família e do parentesco

A teoria feminista problematizou a família e o parentesco, a conjugalidade e a maternidade através da crítica às dicotomias entre doméstico e público e natureza e cultura. Na antropologia feminista, Michelle Rosaldo (1995 [1980]) foi uma das primeiras a questionar sobre uma certa tendência do pensamento vitoriano que teria permanecido impregnada nas antropologias do século XX, sobretudo o funciona-

20. Em contraste com o que ela define como neoliberalismo progressista. No caso brasileiro e da América Latina, considero difícil falar de um neoliberalismo progressista, conceito caro a Fraser (2018) para fazer a crítica do feminismo neoliberal.

lismo e o estruturalismo, de reificar a dicotomia entre a esfera doméstica (vista como regida por afetos e sentimentos altruístas) e a pública (como movida por regras sociais), ou seja, uma concepção que concebe as relações intrafamiliares como trans-históricas. Se as regras são construídas e passíveis de mudança, a família e os sentimentos não seriam, segundo essa concepção dicotômica herdada, conforme Rosaldo, por parte da antropologia do século XX. A esfera doméstica e as relações intrafamiliares estariam, assim, fora do contrato social, fora da “cultura”, como espaços e relações “naturais”. Para Rosaldo, a busca por origens das desigualdades e assimetrias de gênero estaria ligada à busca de uma evidência ou verdade trans-histórica, a dos fatos biológicos. Ela se questiona se não seria o oposto: o quanto essas diferenças, tomadas como dadas, não seriam elas mesmas criadas pelas relações de gênero, lançando naquele momento o que seria um tema central do feminismo pós-estruturalista de mais de uma década depois.

Também Collier e Yanagisako (1987) fizeram a crítica do parentesco, buscando mostrar que as “nossas” (da modernidade ocidental, mas também do campo de estudos do parentesco como um todo) concepções de parentesco se baseiam em uma compreensão nativa (*folk conception*) do “fato biológico da reprodução sexual”. No entanto, para elas, não há fato natural que tenha um significado em si mesmo: “intercurso sexual, gravidez e parto são fatos culturais” (p. 39, tradução minha).

Posteriormente, Marilyn Strathern (2014 [1992]) fará uma crítica parecida ao associar os problemas colocados na

antropologia britânica de meados do século XX na análise do parentesco nas sociedades em que pesquisava, através da distinção entre “descendência” e “parentesco”, a primeira definida como da ordem social e “político-jural”, e a segunda como baseada em “conexões naturais” – “sociedade” e “natureza” mapeando “domínios distintos de relações sociais” (p. 252). Não vou desenvolver os desdobramentos dessa dicotomia discutidos por Strathern, em questões de consanguinidade e em laços cognáticos (marcados em Meyer Fortes na relação de pai e mãe com a criança) e agnáticos (marcando o caráter social das relações, sobretudo onde os homens se posicionam) (p. 253). O interessante é a elipse que a autora faz entre o modo como a análise do parentesco em outras sociedades era pensada e a correspondência disso com os modelos correntes de parentesco da sociedade da qual esses antropólogos faziam parte. Nesses modelos “populares”, segundo a autora, a pessoa só se tornava um indivíduo completo quando socializado e exposto às convenções da vida social para além do parentesco. “A sociedade está ‘para além’ do parentesco; ela se impõe como uma ordem fenomênica distinta” (p. 256).

Identifico nas reflexões de Rosaldo, Collier e Yanagisako e Strathern sobre o parentesco uma linha central da crítica feminista em relação à dicotomia entre natureza e cultura e a seus desdobramentos na abordagem de questões como doméstico/público, reprodução/produção etc. Essa crítica, que está na origem do próprio feminismo, é fundamental para se entender o que está em questão nas políticas da família do neoliberalismo contemporâneo e particularmen-

te no Brasil, em que a política da família colocada em evidência nos discursos e medidas do governo Bolsonaro tem como fundamento o resgate e a afirmação da ideia de uma “lei natural” da família.

Esse debate, no interior do feminismo, desdobrou-se em diferentes análises e proposições teóricas e conceituais. Carole Pateman (1992) leva o debate para o campo da teoria política, argumentando que, ao mesmo tempo que estão excluídas do contrato social (que corresponderia à esfera pública), as mulheres estão submetidas ao “contrato de casamento”, que as privaria da liberdade civil e das prerrogativas de cidadania e igualdade que definiriam o contrato social – ambas dependentes do que ela descreve como o “direito patriarcal”, ou seja, de um outro contrato, esse “oculto”. Há, assim, um esforço em seu argumento para desnaturalizar as relações de dominação, entre elas as que ocorrem no interior da família. Um desdobramento interessante da discussão trazida por Pateman é o de quão excluídas as mulheres estão do contrato social, mesmo quando atuam fora da esfera privada ou doméstica – e até onde as demandas de igualdade do feminismo podem ser contidas na ideia de contrato social.²¹ Pateman está falando do liberalismo e do ideário liberal e mostrando seus

21. Diversas críticas já foram feitas a essa formulação de Pateman: em relação ao conceito de contrato social que ela tem na base de seu argumento, no uso do conceito de patriarcado para falar de sociedades contemporâneas (“patriarcado moderno”) e na própria questão de que a linguagem política do liberalismo hoje não é a do contrato social, mas a dos direitos (Miguel, 2017). Essas críticas, contudo, não retiram a importância de suas reflexões e de sua contribuição para a teoria política. Para um apanhado geral do argumento de Pateman, das críticas a seu trabalho e da atualidade e importância de sua contribuição, ver Miguel (2017).

limites em relação à emancipação das mulheres. Parte de seu argumento de certo modo antecipa e dialoga com questões que o campo feminista irá trazer para compreender, discutir e enfrentar a pauta antidemocrática, conservadora e mesmo reacionária das políticas neoliberais.

Mercado e família

Por mais que algumas análises do governo Bolsonaro busquem separar a pauta econômica da chamada pauta dos “costumes” e mesmo das manifestações antidemocráticas de Bolsonaro e sua base de apoio, a confluência entre uma agenda neoliberal e políticas antidemocráticas e conservadoras é uma marca desse e de outros governos de direita.²²

A convergência entre neoliberalismo e neoconservadorismos, analisada por autoras feministas, como Wendy Brown, Melinda Cooper, Silvia Federici, Veronica Schild, entre outras, não acontece sem contradições e diferenças em relação a diferentes contextos. No Brasil, essa política se desdobra em duas dimensões. De um lado, a família é inserida nas políticas de governo não mais no sentido de redução das desigualdades (como foram os programas Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida), mas como alvo mesmo da política governamental, conforme vimos com os programas e medidas do Ministério de Damarens Alves e suas extensões para outros ministérios. De outro, a redução das políticas de assistência social, os cortes orçamentários nas áreas de saúde,

22. A principal referência histórica dessa relação é o golpe militar no Chile, em 1973, ao qual se seguiu aplicação do receituário da escola de Chicago (Harvey, 2008; Klein, 2008).

educação, pesquisa científica, trabalho, combate às violências de gênero e LGBT, creches e ensino infantil, entre outros. Ou seja, a destruição acelerada de todo um aparato existente, que, mesmo precário, garantia condições mínimas de reprodução social. Um dos efeitos das políticas neoliberais é o retorno de dimensões da reprodução social que estavam sob a responsabilidade do Estado para a esfera doméstica e familiar – e conseqüentemente para as mulheres.

A combinação entre políticas de redução do Estado em relação a políticas sociais distributivas se relaciona fortemente com políticas neoconservadoras. Esse é um tema central para a historiadora italiana Silvia Federici (2019). Para ela, a contradição entre produção e reprodução social é inerente ao capitalismo, mas há momentos, como nos períodos de Estado do bem-estar social, em que se combinam um discurso público da importância do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e um discurso de que o Estado irá garantir a reprodução social, com creches, dispositivos e equipamentos coletivos etc. Mas, para a autora, essa garantia é extremamente precária e acaba acontecendo nos países de capitalismo mais avançado, e de maneira parcial e limitada, pois o que vai acontecer é a utilização de uma mão de obra feminina também para fazer essas funções de reprodução social, como o trabalho doméstico de mulheres negras, imigrantes, refugiadas e sul-americanas, mal pagas e sem garantias trabalhistas.

No Brasil, o trabalho doméstico assalariado foi regulamentado durante o governo Dilma, garantindo carteira as-

sinada, jornada de trabalho definida, FGTS, férias, 13º salário e seguro-desemprego para as empregadas domésticas, deslocando parte do trabalho doméstico e de reprodução social para a produção social. Esses direitos foram alvo de discursos de ódio e de deslegitimação por parte das elites, incluindo o ministro da Economia do governo Bolsonaro, que chegou a questionar o fato de que, nos governos Lula e Dilma, “até as empregadas domésticas viajavam para a Disneylândia”. Segundo dados do Ipea (2019), cerca de 63% das pessoas com ocupação no serviço doméstico remunerado eram negras, e 80% tinham entre 30 e 59 anos. Mesmo com essas conquistas, sistematicamente ameaçadas e colocadas em questão desde que entraram em vigor, as empregadas domésticas são um dos setores que mais têm sofrido com a crise econômica e o desemprego, situação que piorou durante a pandemia, principalmente após o fim do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e o auxílio emergencial durante a pandemia, permitindo demissões, suspensões de contratos e redução da jornada com redução da remuneração.²³

Outra dimensão da reprodução social é o trabalho doméstico não remunerado, realizado predominantemente pelas mulheres, que em geral acumulam com a jornada de trabalho remunerado. O trabalho não remunerado, na lógica capitalista e patriarcal, seria pago de outro modo, com a moeda afetiva, ou com aquilo que Foucault denominou de

23. Ver os dados mais recentes de desemprego das trabalhadoras domésticas e informais na Pnad contínua do IBGE de abril de 2021.

“renda psíquica”, quando se referiu à criação dos filhos e à relação mãe-filho como modo de produzir capital humano.²⁴

Federici (2019, p. 208) resgata o debate clássico do feminismo sobre o trabalho doméstico, para mostrar como as formas de reprodução social, ao mesmo tempo que são centrais para o capitalismo, estão permanentemente em crise.²⁵ Em uma situação de globalização econômica e de ajustes estruturais, provocando uma redução da presença do Estado na reprodução social, aumenta consideravelmente a massa de trabalho não remunerado das mulheres, das funções mais clássicas do trabalho doméstico a atividades de cuidado, inclusive no campo da saúde, ocupando funções que até pouco tempo eram feitas dentro de clínicas ou hospitais (p. 226).

Também no mercado de trabalho, as desigualdades e hierarquias de gênero não só não se resolvem como têm crescido diante da nova configuração das relações entre capital e trabalho – no caso brasileiro, com as reformas trabalhistas, a lei da terceirização, entre outras mudanças formais no direito do trabalho, atingindo mais fortemente as mulheres assalariadas.

Essa transferência de funções e de trabalho feitos por instituições públicas em vários setores do serviço público, como educação, saúde, políticas da diversidade e de inclusão, en-

24. A renda psíquica, para Foucault, seria “a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso”. A criação e o cuidado com os filhos no espaço doméstico, a “relação formativa” entre mãe e filho, trariam um “benefício econômico” e um “benefício psicológico” (Foucault, 2008, p. 334, 335).

25. Também Melinda Cooper identifica a esfera da família como em perpétua crise.

tre outras, para o âmbito doméstico, que se coaduna com o corte de recursos para políticas sociais e o mote neoliberal de Estado mínimo²⁶ (pelo menos em relação às políticas sociais), tem como complemento e contrapartida o aumento de gastos com políticas conservadoras no âmbito da família, da escola e dos direitos humanos e políticas da diversidade. A “política da família”, que faz parte da cosmologia da extrema direita, se articula com todo esse pacote neoliberal, que no Sul Global se realiza através de políticas antidemocráticas, golpes de Estado (mesmo que travestidos de democracia e através de eleições diretas) e muitos passos atrás nas garantias e direitos conquistados pelo feminismo e pelo movimento de mulheres a partir da segunda metade do século XX.²⁷ Melinda Cooper, em sua análise sobre a centralidade da família nas disputas políticas nos Estados Unidos, aponta que, para o projeto neoliberal, é fundamental restabelecer a família privada como a “fonte primária da segurança econômica e uma alternativa compreensiva ao Estado de bem-estar” (Cooper, 2017, p. 9, tradução minha). Para a autora, tanto conservadores quanto neoliberais apontam uma epidemia de “ausência paterna” (*fatherlessness*), acusando o Estado de bem-estar pelo crescimento das famílias que chamam de “desestruturadas”: aquelas formadas pelas mulheres (jovens, pobres e em

26. Estado mínimo para as políticas sociais e distributivas, mas hipertrofiado em relação às políticas carcerárias e ao fomento do aparato repressivo das polícias.

27. Outra dimensão desse processo, que não teremos espaço para desenvolver aqui, é o acelerado endividamento das famílias, e em particular das mulheres, decorrente da financeirização da vida cotidiana e do que algumas autoras têm chamado de extrativismo financeiro (Federici, 2019; Gago; Cavallero, 2019).

sua maioria afro-americanas e latinas) e seus filhos, que seriam famílias à espera dos cuidados e das políticas do Estado (p. 7). A preocupação neoliberal seria menos moral e mais com os enormes custos sociais da ruptura da tradicional família fordista (em que o salário do marido garantia a reprodução social sem a presença do Estado – ou com uma presença mínima). No entanto, como ressalta a autora, homens e mulheres negras permaneceram fora do modelo fordista de relação entre capital e trabalho.

No Brasil, as famílias chefiadas (e sustentadas) por mulheres representam o modelo predominante nas classes populares e periferias urbanas e se tornaram o foco dos projetos de enfrentamento à desigualdade e de proteção social dos programas dos governos Lula e Dilma. Esses programas foram reduzidos nos governos que se seguiram ao golpe de 2016, e a própria família formada por mães e filhos, e muitas vezes também os netos, tornou-se um “problema a ser enfrentado”. Em uma fala pública em 2018, o então vice-presidente Hamilton Mourão atribuiu às famílias chefiadas por mulheres, “onde não há pai nem avô. É mãe e avó”, a causa da criminalidade, pois estas seriam “uma fábrica de elementos desajustados”. Apesar da “gafe” cometida e da reação de pesquisadoras e especialistas na questão, a fala de Mourão é expressiva de uma compreensão sobre a família em seu governo e dialoga com as políticas do Ministério da Mulher e da Família de fortalecimento da família tradicional, da autoridade paterna e do casamento heterossexual.

A “política da família” levada a cabo pelos governos pós-golpe de 2016 une neoconservadorismos e neoliberalis-

mos, extensão da lógica de mercado aos vários domínios do social e da moralidade conservadora (Dardot, 2020). Ela se fundamenta em um discurso da “família natural” e mostra o quanto essa família é uma produção política necessária ao programa neoliberal e aos velhos e novos modos de acumulação e concentração do capital e de reprodução das desigualdades sociais em suas diversas formas e dimensões, sobretudo no Sul Global. Esse programa político, ideológico e econômico se fundamenta na destruição dos direitos e das políticas sociais, na exploração do trabalho formal, informal e não remunerado das mulheres, no controle dos corpos, na exclusão das mulheres dos espaços de poder, na contenção e repressão das resistências e formas dissidentes de existência e nas diferentes formas de violência de gênero.

Referências

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

COLLIER, Jane F.; YANAGISAKO, Sylvia J. *Gender and kinship: essays toward a unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.

COOPER, Melinda. *Family values: between neoliberalism and the new social conservatism*. New York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre. Néolibéralisme “classique” et nouveau néolibéralisme. *Sens Public*, 25 juin 2020. Disponível em: <http://sens-public.org/articles/1456>. Acesso em: 14 dez. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 43-64, set./dez. 2018.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. *Una lectura feminista de la deuda: ¡Vivas, libres y desendeudadas nos queremos!* Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2019.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI, reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. *Texto para discussão*. Brasília, DF: Ipea, 2019.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MALUF, Sônia Weidner. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia. *Sæculum: revista de História*, João Pessoa, v. 26, n. 45, p. 140-158, jul./dez. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-17, fev. 2017.

ORTNER, Sherry B. A antropologia sombria e seus outros: teoria desde os anos oitenta. *Sociabilidades Urbanas: revista de Antropologia e Sociologia*, [s. l.], v. 4, n. 11, p. 27-50, jul. 2020.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 11-36, 1995 [1980].

STRATHERN, Marilyn. Partes e todos: reconfigurando relações. In: _____. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014 [1992]. p. 241-262.

WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, set./dez. 2012.